

POLÍTICA



Cabral entregou o texto (em branco)...



...houve discursos e cumprimentos



...todos se revelaram bons atores.

Não acredite nessas fotos. É pura encenação.

O texto do projeto da nova Constituição acabou não sendo entregue. Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães fizeram apenas o papel de atores.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, fingiu ontem, pela segunda vez, estar recebendo o substitutivo definitivo do projeto de Constituição pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que lhe entregou apenas uma das versões do projeto, às 17 horas, na solenidade, quando o projeto definitivo somente ficou pronto depois das 21 horas.

O mesmo tinha acontecido quando Cabral fez a entrega, há mais de dois meses, do projeto compatibilizado das comissões constitucionais temáticas, com o agravante de que, naquela vez, foi entregue a Ulysses um simples calhamaço de papel (Bernardo Cabral chegou a advertir o multipresidente para que ele não abrisse o documento, para a imprensa não perceber).

Apesar de não ter lido o projeto, não ter tomado conhecimento do seu conteúdo e saber que o que tinha em mãos era apenas um borrão (como Cabral costuma chamar as diversas fases de elaboração do projeto de Constituição), Ulysses fez um discurso vibrante e até emocionado, no qual garantiu para uma sala lotada de repórteres, parlamentares e figuras alheias ao meio (lobista e assessores parlamentares), que outras pessoas poderiam fazer uma Constituição melhor, mas jamais trabalhariam tanto como estão trabalhando Bernardo Cabral e os seus relatores-adjuntos.

Cabral foi mais ator ainda ao afirmar que o trabalho era fruto do entendimento de uma larga parcela de constituintes e que o projeto que aquela hora entregava a Ulysses Guimarães (e nesse momento ele entregou o documento a Ulysses, sendo aplaudido) tinha pontos consensuais.

A encenação era tão aparente que Cabral não soube esclarecer quantos artigos o substitutivo possui. Mais tarde, porém, ele reconheceu que o documento entregue a Ulysses não passava de uma quinta versão, que não continha a remissão. "Foi necessário elaborar outro projeto, que é a sexta e definitiva versão do substitutivo", explicou.

Reclamações

A entrega do substitutivo ocorreu em clima de confusão, no gabinete do presidente da Câmara, com mais de 200 pessoas disputando o espaço exigido. A decepção foi quando Cabral anunciou a entrega de apenas um exemplar a Ulysses. O líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, reclamou. Disse que só sairia do Congresso quando recebesse uma cópia, pois não poderia comentar algo que não conhecia e de cujo trabalho pouco participou nas últimas semanas. O deputado Nilson Gibson, antigo arenista da linha dura e hoje no PMDB de Pernambuco, dava gargalhadas à entrada da sala, enquanto o líder do PCB, Roberto Freire, também reclamava da confusão.

Quem estava do meio da sala para trás não ouviu os discursos de Cabral nem de Ulysses. Na verdade, a maioria não estava interessada no formalismo, mas em saber detalhes sobre o substitutivo. A solenidade durou 20 minutos e o líder do governo, Carlos Sant'Anna, foi um dos últimos a chegar.

Aquela altura, porém, nenhum dos parlamentares sabia que nem mesmo Ulysses havia recebido o substitutivo. Mas a encenação da entrega, e o fato de apenas uma cópia ter chegado exclusivamente às mãos de Ulysses, irritou os parlamentares. "A Constituinte virou palhaçada", desabafou o deputado João Cunha (PMDB-SP). Quando soube da farsa, Cunha ficou mais irritado ainda e prometeu denunciar hoje, da tribuna, o que chamou de "pacto" entre Ulysses e Cabral.

"Das 17 horas em diante, depois da entrega do substitutivo, eles iriam fazer modificações antes da distribuição de cópias aos constituintes", previu João Cunha. "Isso é um desrespeito. Na minha opinião, a Constituinte melou, infelizmente."

O fato foi considerado "lamentável" também pelo deputado Afif Domingos (PL-SP), embora sem demonstrar surpresa. "Essas coisas acontecem porque não temos um relator, mas um emendador", justificou. O deputado Victor Faccioni (PFL-RS) procurou contornar o episódio, classificando-o como "demonstrativo das dificuldades que Cabral enfrenta para apresentar um texto que seja aceito".



Sarney (ontem em Barretos): "Devemos participar dessa discussão".

O presidente José Sarney não conseguiu convencer o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, a retirar o parlamentarismo do substitutivo apresentado ontem, e vai mesmo apostar na superioridade que os presidencialistas, em sua opinião, têm na Assembleia Constituinte. Por via das dúvidas, no entanto, continuará um empenhado trabalho de convencimento dos constituintes, no qual o presidente quer ver envolvidos todos os que se consideram governo.

Tanto que o porta-voz presidencial, Frota Neto, enviou ontem recado nesse sentido: "Todos os que se consideram governo devem assumir uma postura em sintonia com o governo, colocando-se dentro da posição assumida pelo presidente Sarney, no pronunciamento à Nação feito em maio, quando defendeu cinco anos para seu mandato e o presidencialismo". Para Frota Neto, "governo tanto são os auxiliares do presidente da República quanto os políticos que defendem sua participação na administração".

Sarney, segundo um assessor direto, não vai admitir o parlamentarismo. No máximo, "pode estar jogando mais alto no presidencialismo puro para, no final negociar um sistema misto". "E o cofre vai fechar ainda mais", advertiu outro assessor, afirmando que "agora, mais do que nunca, os pedidos feitos ao Palácio do Planalto terão

Sarney insiste no presidencialismo. E exige sintonia do governo.

de estar vinculados fortemente ao posicionamento na Constituinte."

Até o dia 7 de setembro, porém, prazo final para emendas, as negociações vão se intensificar, disse Frota Neto. E segundo um outro assessor, não está afastada a hipótese de apresentação de emendas oriundas do Palácio do Planalto, que chegarão assinadas por parlamentares aparentemente desligados do esquema do Executivo.

O próprio Sarney admitiu, em Barretos, que o governo pretende influenciar os constituintes. "Eu acho que não se pode mudar o regime sem que, pelo menos, o presidente da República tenha alguma participação através das forças políticas", disse Sarney, acrescentando que, por sua experiência de 27 anos de Parlamento, sabe "de todos os mecanismos pelos quais podemos chegar a ter uma consolidação institucional".

No encontro de anteontem com Bernardo Cabral, segundo o relato do ministro-chefe da Casa Civil, Costa Couto, Sarney argumentou que o parlamentarismo seria um sistema para o futuro, quando o País tiver uma estrutura partidária definida e uma democracia estável. Disse que sua divergência com esse sistema é circunstancial, pois o considera "puro". Cabral, porém, não aceitou as ponderações, lembrando que seu substitutivo encontra sustentação nos trabalhos das comissões e nos estudos da comissão Afonso Arinos.

Aureliano

Em entrevista ao *Jornal da Tarde*, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, fez duros ataques ao parlamentarismo e previu o pior, caso seja realmente implantado: "A nova Constituição corre o risco de ser a que menos vai durar em nossa história, caso consagre o parlamentarismo. Se promulgada tal como estabelece o atual projeto, ficará prejudicada e comprometida, passando a ser contestada a partir do ano que vem. O resto será imprevisível".

Aureliano — provável candidato do PFL à sucessão de Sarney — disse que o parlamentarismo se choça com a índole, a cultura e a tradição republicana do povo brasileiro.

Reforma agrária negociada. E uma anistia diferente aos militares.

Saiu o substitutivo de Bernardo Cabral. E Sarney pode ficar cinco anos — com parlamentarismo.

O primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, foi divulgado à 0h43 de hoje, embora tenha sido prometido para às 17 horas de ontem, no qual está garantida a reforma agrária negociada e se prevê uma nova anistia para os militares — e um mandato de cinco anos para o presi-

dente José Sarney, no caso de ser confirmada a implantação do sistema parlamentarista de governo. A se permanecer o presidencialismo, a duração do mandato será negociada pelas lideranças políticas.

O texto do substitutivo não apresenta alterações substanciais com relação ao projeto publicado ontem por

O Estado de S. Paulo. No caso da reforma agrária o substitutivo prevê a possibilidade de uma vitória prévia para determinar a função social da terra antes da desapropriação e garante o direito do proprietário de recorrer. Caso seja aprovada a função social, a desapropriação se dará em dinheiro. Em nenhum caso a desapropriação

será desfeita.

Quanto à anistia atinge os punidos desde 18 de setembro de 1946 por crime político, bem como aqueles que foram cassados em setembro de 1979, mas não permite a reintegração (os militares serão promovidos automaticamente e passarão para a reserva). Nem prevê o pagamento de indenização.

As ameaças de Covas, MUP,

PT, PCs, PDT, PSB ...

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas — que não participou e nem foi consultado na fase final de elaboração do esboço do substitutivo de Bernardo Cabral — acha que a futura Carta vai refletir a média do pensamento dos constituintes. Políticos de seu grupo advertem, porém, que, caso as teses do PMDB não sejam efetivamente acolhidas, o parlamentar partirá para a ofensiva, denunciando o descumprimento dos compromissos (aprovados na última convenção) de seu partido. Também inconformados com a pouca atenção dispensada pelo relator, os pequenos partidos identificaram 26 assuntos para examinar em grupos interpartidários, a fim de influir na apresentação de emendas. Já parlamentares do centro democrático do PMDB revelam que atuarão no plenário para evitar a vitória das propostas "radicalizantes das esquerdas", segundo o líder Expedito Machado.

Esse foi o quadro obtido ontem entre os constituintes, pouco antes da divulgação oficial do substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Antes mesmo de conhecer o texto definitivo, Mário Covas previu que "será muito razoável" a nova Constituição. Considerou-se "satisfeito" com a fórmula de reforma agrária proposta pelo substitutivo: imissão de posse em 90 dias e pagamento de indenização em dinheiro no caso de ser comprovada a função social da terra. O mesmo ocorreu com os pequenos partidos, segundo um dos participantes da reunião dos líderes com Bernardo Cabral, ontem pela manhã, deputado Brandão Monteiro (PDT). Para o governador Orestes Quéricia, entretanto, a reforma agrária é uma questão "muito subjetiva", dependendo inclusive de uma interpretação dos termos "condicionado ao cumprimento de sua função social". "Precisa ver a orientação que o juiz vai dar", salientou, voltando a defender a aplicação do Estatuto da Terra, considerado por ele "uma lei muito boa".

Bloco dos pequenos

Em relação ao desdobramento da definição da empresa nacional, com a criação da figura da empresa brasileira de capital estrangeiro, Mário Covas observou: "Ninguém é contra o capital estrangeiro. O PMDB defende apenas mecanismos para controlá-lo". Já os pequenos partidos consideraram boa a definição de empresa nacional.

O PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e MUP (Movimento de Unidade Progressista do PMDB) anunciaram ontem a disposição de votar contra alguns pontos, em bloco, como no parlamentarismo (eles querem presidencialismo), duração do mandato presidencial de cinco anos (eles querem quatro anos) e na anistia) que os pequenos querem mais ampla do que a proposta no substitutivo). Os líderes destes partidos adiantaram ainda a Cabral que não vão aceitar a adoção do sistema de voto distrital misto, até mesmo porque, como está no substitutivo, abrange um casuísmo.

Covas: irritado

Na realidade, apesar de se declarar satisfeito com o trabalho de Bernardo Cabral, o senador Mário Covas tem demonstrado na intimidade profunda irritação com a sua marginalização na elaboração do substitutivo. Alguns de seus vice-líderes admitem que ele deveria ter adotado uma atitude mais agressiva diante do tratamento que recebeu, denunciando o comportamento dos relatores da Comissão de Sistematização.

Contudo, procuram explicar o procedimento de Covas observando que, na verdade, mantendo-se discreto, ele tentou se preservar para atuar mais ativamente nessa fase final da Sistematização e que será decisiva, pois somente 280 votos em plenário poderão modificar o texto aprovado pela Comissão.